

D. José é apoiado em ato público

190
Chapécó — Um ato público de apoio ao Bispo Diocesano de Chapécó, Dom José Gomes, reuniu ontem, na Catedral Santo Antônio, 70 padres e mil fiéis das dioceses do Paraná, Rio Grande do Sul e Oeste catarinense.

A manifestação iniciou de manhã com atos litúrgicos e culto na Catedral Santo Antônio. Todas as quinze dioceses do Rio Grande do Sul estavam representadas, bem como todas as paróquias oestinas e grande parte de dioceses paranaenses. Todas as igrejas do Sul (Luteranas, Evangélicas, Icab, etc), participaram do ato, organizado pela coordenação Sul-Rio-Grandense da CPT (Comissão Pastoral da Terra) órgão da igreja católica que trata de problemas fundiários e de agricultores sem terras.

O organizador da concentração

de padres e fiéis foi o sacerdote João Squil, do Rio Grande do Sul. À tarde, foi instalado uma tribuna livre, onde leigos e religiosos ocuparam a palavra para reafirmar a caminhada da igreja em defesa dos pequenos, dos injustiçados e dos desprotegidos, louvando a atuação do bispo Dom José Gomes que é presidente nacional da CPT. Em reuniões fechadas, as equipes discutiram problemas ligados ao homem e a terra, no Sul do Brasil.

O padre Ricardo Camatti, da paróquia de Glória/Torres (RS), explicou que era a terceira vez que a CPT promovia encontros no dia 31 de agosto, data que assinala o início das lutas pelos sem terras. A primeira concentração aconteceu em 1982 em sinal de protesto contra as arbitrariedades do Coronel

Curió contra os colonos de Ronda Alta. A segunda, em 1983, para festejar a vitória dos sem-terras de Ronda Alta, e a terceira, agora em defesa do prelado chapecoense.

Não se trata de uma revanche, explicavam os organizadores para que a população não interpretasse a iniciativa da CPT como uma represália moral à passeata dos colonos de Sede Trentin contra Dom José Gomes. Na verdade, nem os meios de comunicação social foram comunicados do ato e quando os repórteres começaram a cobrir o evento já era 10h30min, aproximadamente. Não ocorreu passeata nem demonstração de prestígio e a manifestação da CPT e da igreja circunscendeu-se a Catedral Santo Antônio e ao pavilhão de festas da paróquia.

O padre Ricardo Camatti desta-

cou que as inimizades não farão a igreja mudar seu comportamento nem sua linha de atuação pastoral em favor dos trabalhadores sem terras, dos trabalhadores urbanos e dos índios. Observou que a passeata dos colonos de Sede Trentin contra o Bispo Diocesano interessava mais a grupos que não desejam respeitar os direitos dos índios e dos sem-terras. Disse também que não há qualquer contradição entre a ação da CPT e do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) pois suas gestões em favor de sem terras e de índios não colidem em momento algum.

Centenas de faixas e cartazes revestiram as paredes da Catedral Santo Antônio com slogans de apoio ao Bispo Diocesano de Chapécó, estimulando-o a prosseguir na sua luta evangélica e pastoral.

Paganella admite controvérsia no projeto

Chapécó — O Deputado João Valvite Paganella, do PDS admitiu ontem que o seu projeto que proíbe a criação de uma reserva indígena em Sede Trentin é gerador de controvérsias, mas reafirmou seu propósito de obter uma solução negociada que satisfaça aos colonos aos índios que disputam as 80 colônias daquela localidade rural.

O parlamentar catarinense é autor do projeto-de-lei que institui a proibição legal para criação de uma reserva na área em conflito e determina a transferência da comunidade Caingangue do Toldo Chimbanguê para a reserva de Xanxerê, onde há 15 mil hectares ocupados por 1 mil 500 índios Gaingangues e Guaranis. Ele rebateu as críticas do Cimi ao seu projeto, lembrando que a Constituição assegura aos índios as terras de sua posse imemorial, mas elas precisam ser circunstancial e cabalmente comprovadas para a aplicação da lei.

Paganella manteve contatos com o Ministro do Interior, Mário Andreazza, pedindo urgência na tramitação do processo Administrativo de Sede Trentin que depende

da conclusão de um relatório da comissão técnica que está no local, pareceres e apreciações da comissão interministerial, dos Ministérios do Interior e de Assuntos Fundiários e, finalmente, da aprovação do Presidente da República.

O deputado acredita que os colonos de Sede Trentin (160 famílias) acabarão concordando com a permanência dos índios (18 famílias) se a área de 120 hectares que a Funai delimitou para a comunidade nativa seja considerada decisão/solução final. Isto é: que a questão fique encerrada ali e não mais na dependência de decisões finais superiores. A impaciência dos colonos se associa ao medo de uma decisão superior que amplie as terras para os índios e/ou determine a retirada parcial de colonos.

Para Paganella, o melhor caminho seria o reassentamento dos índios em Xanxerê onde há terras à vontade e toda a infra-estrutura da Funai para assistir aos Caingangues. Ele teme que novos conflitos sejam deflagrados, no futuro se os índios permanecerem, embora destaque o espírito pacífico e moderado dos colonos.